

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:  
2418066120190724170021

Processo 0800290-87.2019.8.23.0005 ☆ - (84 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 4847 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais   Informações Adicionais   Partes   Movimentações   Apensamentos (0)   Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:  
☐ Magistrado   ☐ Servidor   ☐ Advogado   ☐ Membro MP   ☐ Defensor   ☐ Procurador   ☐ Outros   ☐ Audiência

Ocultar Movimentos:  
☐ Inválidos   ☐ Sem Arquivo   ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por: ☐ Advogado   ☐ Defensor de Justiça   ☐ Entidades Remessa   ☐ Magistrado   ☐ Procurador   ☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):   ao   Data do Movimento(Período):   à   Descrição:

32 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 32

500 por pág.   1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
	32	24/07/2019 17:00:21	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (17/07/2019)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
	32.1 Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO JOAO ALVES BARBOSA FILHO,	2597761IMPUGNACAOOLAUDOPERICIALJUR01.PDF   Público
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
		(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 18/07/2019 com prazo de 15 dias úteis	
		*Referente ao evento (seq. 28) JUNTADA DE LAUDO (17/07/2019) e ao evento de expedição seq. 30.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
		Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (17/07/2019)	Luciane das Chagas Silva Analista Judiciário
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
		Para advogados/curador/defensor de ANTONIO JOSÉ DE SOUSA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (17/07/2019)	Luciane das Chagas Silva Analista Judiciário
	28	17/07/2019 16:10:59	JUNTADA DE LAUDO
	27	03/07/2019 16:14:18	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
	26	25/06/2019 15:32:43	JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (23/05/2019)	EDU DE OLIVEIRA QUEIROZ Advogado
		DECORRIDO PRAZO DE PERITO PEDRO DI GIOVANNI	
		(Para Perito PEDRO DI GIOVANNI *Referente ao evento (seq. 13) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(23/05/2019) e ao evento de expedição seq. 18.	SISTEMA CNJ
		LEITURA DE MANDADO REALIZADA	
		MANDADO lido em 06/06/2019 - Referente ao evento de expedição (seq. 14) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (24/05/2019 13:34:44). Parte: ANTONIO JOSÉ DE SOUSA	LORENA BARBOSA AUCAR SEFFAIR Analista Judiciário



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ALTO ALEGRE/RR**

**Processo:** 08002908720198230005

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO JOSE DE SOUSA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>ª</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Ocorre que, após a devida regulação na esfera administrativa, quando a parte autora foi submetida a exame pericial constatou-se a ausência de sequela indenizável, motivo pelo qual não há cobertura para o acidente narrado nos autos, fazendo-se mister a improcedência do pleito inicial.

Frisa-se não se apresentar crível, nem verossímil, que a parte autora venha apresentar lesão invalidante vários meses após ter sido submetido à avaliação médica administrativa. Digno de destaque todos os avanços na área da medicina, que oportunizam uma melhora, atenuação, do quadro clínico da parte autora, não se justificando a ideia do aparecimento tardio de uma permanente invalidez.

Portanto, requer o acolhimento do laudo administrativo, a fim de que sejam julgados improcedentes os pedidos do autor.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,  
ALTO ALEGRE, 22 de julho de 2019.

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**